

(GT 5 – GÊNERO, SEXUALIDADE E RELIGIÕES)

Renato Freitas e o pacto da branquitude na mídia institucional do legislativo curitibano

Leiliani de Castro ¹
Franciele Rodrigues ²

Resumo: Nesta análise comparativa, busca-se entender como a mídia independente, representada pelo Jornal Plural (JP) e a mídia institucional, na figura da Câmara Municipal de Curitiba (CMC) abordaram a participação do então vereador Renato Freitas (PT) no protesto antirracista contra o assassinato do jovem congolês Moïse Kabagambe. A CMC ouviu apenas a oposição de Renato Freitas em reportagem publicada sobre o caso, chamado de “invasão”. Assim, delimitou-se quais foram os artifícios que reforçaram o “pacto da branquitude” nesta matéria da CMC, tomando como referência a produção independente (JP), a qual publicou dados que não apareceram em iniciativas hegemônicas de mídia.

Palavras-chave: Renato Freitas; Branquitude; Jornalismo; Câmara Municipal de Curitiba; Jornal Plural.

Abstract: This comparative analysis seeks to understand how independent media, represented by Jornal Plural (JP), and institutional media, represented by the Curitiba City Council (CMC), addressed the participation of then-councilman Renato Freitas (PT) in the anti-racist protest against the murder of the young Congolese Moïse Kabagambe. The CMC only heard the opposition to Renato Freitas in a report published about the case, referring to the event as an “invasion.” Thus, it was delineated which strategies reinforced the “whiteness pact” in this CMC article, referencing the independent production (JP), which published data not appearing in hegemonic media initiatives.

Keywords: Renato Freitas; Whiteness; Journalism; Curitiba City Council; Jornal Plural.

1. INTRODUÇÃO

Renato de Almeida Freitas, “um de nós”. Nasceu em de Sorocaba, no interior de São Paulo. É graduado e mestre em Direito pela Universidade Federal do

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: leiliani73@gmail.com

² Doutoranda Programa de Pós-Graduação em Sociologia e mestranda Programa de Pós-Graduação Comunicação na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Contato: franciele.rodrigues@uel.br

Paraná – UFPR e pesquisador na área de Direito Penal, Criminologia e Sociologia da Violência. Já trabalhou na Defensoria Pública do Estado do Paraná e atuou como professor universitário e advogado popular. É pai de Aurora.

Foi de vereador, eleito em 2020 com 5.097 votos, a deputado estadual, eleito com 57.880 votos, dois anos depois. No meio do caminho, a Câmara Municipal de Curitiba (CMC) votou sua cassação após um protesto antirracista, motivado pelo assassinato do jovem congolês Moïse Kabagambe, no Rio de Janeiro. Segundo notícias e comentários observados durante pesquisa em veículos da mídia hegemônica, Renato teria, “invadido” a Igreja do Rosário no dia 05 de fevereiro de 2022, algo desmentido pela arquidiocese, em carta endereçada aos vereadores.³

Reportagens da grande mídia trabalharam a representação de Renato Freitas com arquétipos criminosos o associando à imagem de agitador, propagandista político e desrespeitoso com a instituição católica. Como o próprio parlamentar lembrou em entrevista à Tribuna do Paraná⁴, o protesto:

foi marcado [...] por todos os movimentos negros de Curitiba, em frente à **igreja dos pretos**, justamente por se tratar da igreja dos pretos, feita pelos pretos e para os pretos que não podiam entrar em outras igrejas. Portanto, achamos que estar dentro daquela igreja era **ocupar um lugar que era nosso** e reivindicar a vida, a vida em abundância.” (REDAÇÃO. **Vídeo mostra momento em que grupo liderado por Renato Freitas invade igreja de Curitiba**. Tribuna do Paraná, Curitiba. 08 de fevereiro de 2022. Grifos nossos).

Freitas se autodeclara católico e, ainda em entrevista à Tribuna do Paraná, disse não imaginar a repercussão negativa que sua entrada após o fim da missa viria a trazer. Em reportagem divulgada pelo canal Jovem Pan News, no dia 22 de junho de 2022, intitulada “Vereador de Curitiba tem mandato cassado após invadir igreja”,⁵ internautas celebram a decisão dos vereadores de Curitiba em cassar o mandato de Renato Freitas. Sob o argumento de quebra do decoro parlamentar, Freitas teve seu mandato cassado em agosto de 2022.

A decisão teve amplo apoio da Casa com 23 votos favoráveis, sete contrários

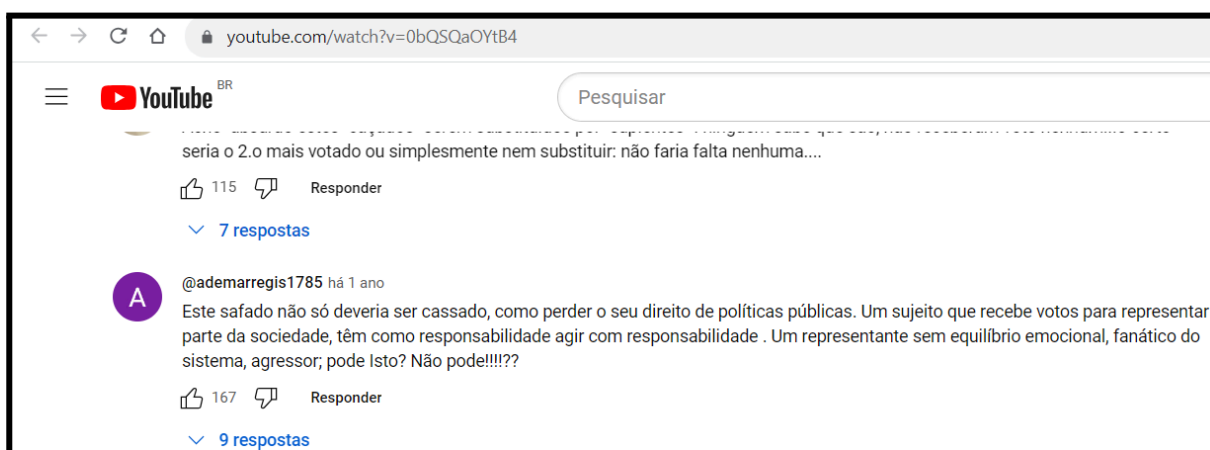
³ Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/wp-content/uploads/2022/03/mitra.pdf>>. Acesso em 31 de jul. de 2023.

⁴ Leia na íntegra em: <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/video-mostra-momento-em-que-grupo-liderado-por-renato-freitas-invade-igreja-de-curitiba/>>. Acesso em 09 de ago. de 2023.

⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0bQSQaOYtB4>>. Acesso em 31 de jul. de 2023.

e uma abstenção. Dois meses depois, em outubro, Renato obteve uma liminar no STF (Supremo Tribunal Federal) que suspendeu a cassação. A defesa do, então, vereador, alegou que a CMC descumpriu prazos regimentais para a votação. Comentários como o do usuário Ademar Régis, foram exemplificativos nesta discussão:

Figura 1 – Comentário Canal Jovem Pan News



Fonte: Reprodução - YouTube⁶

“Um representante sem equilíbrio emocional, fanático do sistema, agressor”. Desde tempos que antecedem a colonização brasileira, esta associação de pessoas negras e indígenas ao desequilíbrio e à selvageria são argumentos que constituíram uma das justificativas para a escravização e exploração destes povos. Entende-se que uma pessoa “descontrolada” necessita da tutela e de intervenções do Estado. O que aconteceu com Renato é de imprescindível semelhança.

Se o Estado e as instituições entenderem que determinados povos “precisam” de tutela - uma antiga estratégia de silenciamento - seu direito de representação e o de falarem por si mesmos, são negligenciados. E este era o peso da representatividade de Renato Freitas na CMC, algo que se estendeu à Assembleia Legislativa do Paraná, na qual o parlamentar, atualmente, preside a

⁶ Fonte: comentários do canal Jovem Pan News: <<https://www.youtube.com/watch?v=0bQSQaOYtB4>>. Acesso em 08 de agosto de 2022. No link a seguir, também é possível checar o depoimento do padre: <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/curitiba-regiao/video-mostra-momento-em-que-grupo-liderado-por-renato-freitas-invade-igreja-de-curitiba/>>. Acesso em 08 de agosto de 2022.

Comissão de Igualdade Racial.

À vista disso, neste artigo, procuramos estabelecer a interlocução entre discussões decoloniais, questões étnico-raciais, mídia independente e mídia institucional (noções que serão definidas no próximo tópico), buscando analisar como a mídia independente - representada, neste recorte de pesquisa, pelo Jornal Plural⁷, e a mídia institucional, na figura da Câmara Municipal de Curitiba (CMC)⁸ trataram o protesto antirracista do atual deputado e então vereador Renato Freitas (PT).

Este episódio, apesar do apelo da arquidiocese pela não cassação de Renato, foi o estopim para que a Câmara Municipal de Curitiba a tramitasse. Buscamos, portanto, investigar, à luz das discussões de uma comunicação decolonial, por que a CMC, em reportagem, não se dispôs a ouvir o parlamentar, afinal, não seria a escuta dos envolvidos no fato uma das principais premissas do jornalismo? Ainda, não seria a assessoria da CMC a principal porta-voz dos parlamentares?

Neste trabalho, para fins de apontar as interseções entre o fazer jornalístico e o racismo estrutural implicado nas instituições, será suscitada a reportagem do Jornal Plural que expõe a carta da arquidiocese endereçada aos vereadores de Curitiba, estabelecendo um parâmetro entre as mídias institucional e independente.

Uma informação relevante à pesquisa é a nossa inserção, enquanto autoras, na branquitude. A saber, este entendimento se baseia no livro da psicóloga e ativista brasileira Cida Bento, “O pacto da branquitude” (2022). A partir dos conhecimentos socializados por Cida, entendemos que essa escrita, mesmo que movida por forças contra coloniais, está em certo nível carregada pelos privilégios da brancura.

Então, procuramos nos responsabilizar e nos posicionar enquanto aliadas,

⁷ Jornal Plural é um veículo independente, criado pelos sócios fundadores Alberto Benett (cartunista), Rogerio Galindo (jornalista e diretor executivo) e Rosiane Correia de Freitas (jornalista e diretora executiva). Viabilizado por financiamento coletivo no Catarse, desde 2019, tem a missão de "produzir jornalismo local de qualidade", em Curitiba. Recursos públicos não integram as receitas do jornal. Sua equipe de reportagem é constituída por Rogerio Galindo (Chefe de redação e editor de opinião), Irineo Baptista Netto (Editor de Cultura), Angieli Maros, Cecília Zarpelon, Aline Reis e Luciana Nogueira Melo (repórteres) e Lyn Jannuzzi (Infografia).

⁸ A Câmara Municipal de Curitiba, por meio do sítio “www.curitiba.pr.leg.br” divulga notícias sobre o cotidiano e as decisões do legislativo.

através das ferramentas que a academia proporciona, somando às lutas pelas vidas, no plural. Lembramos, portanto, da ideia levantada no texto “Por um feminismo afro-latino-americano”, no qual Lélia Gonzalez fala da importância da branquitude se comprometer na luta antirracista.

Ainda assim, Jota Mombaça, escritora e artista visual, em sua obra “Não vão nos matar agora”, nos chama atenção para:

o caráter imprescindível de uma autocrítica radical da branquitude que tenha como finalidade o desmonte do racismo e da colonialidade não apenas como índice estruturante do mundo, mas como espinha dorsal do projeto global de subjetividade branca e europeia que lhe é condicionante (MOMBAÇA, p. 31, 2021).

A autora critica a contradição fundamental da branquitude: a continuidade das condições e estruturas que lhe atribuem poder. A produção acadêmica, neste sentido, deve articular a subversão destas relações que tentam se perpetuar. Afinal, para uma branquitude contra colonial, é necessária a abdicação de todos os benefícios internalizados e passados adiante, através de heranças e gerações.

A jornalista Eliane Brum, em "Banzeiro òkótó" (2021), menciona que toda existência da branquitude é violenta indistintamente. Porém, isto não anula o chamamento, dever e importância para que nós, brancos, possamos reconhecer nossos privilégios e renunciar a espaços de poder a fim de que outras histórias sejam tecidas e contadas.

2. O CASO NA MÍDIA INSTITUCIONAL E NA MÍDIA INDEPENDENTE

Segundo Cicília Peruzzo “a expressão comunicação alternativa, típica dos anos 1960 aos 1980, vem sendo retomada”. Ela surgiu para designar a comunicação popular e “para caracterizar o tipo de imprensa não alinhada às posturas da mídia tradicional, então sob a batuta da censura do regime militar no Brasil” (PERUZZO, p. 53, 2009).

Apesar da mídia independente em questão (JP) não configurar um modelo de comunicação popular, tendo em vista a sua equipe, constituída por repórteres, sem a presença do povo na redação, pode-se dizer, com base nos estudos de Cicília Peruzzo, que ela articula uma comunicação alternativa.

No sentido de se posicionar contrária à manutenção do *status quo*, em

especial na tratativa racista da mídia hegemônica em relação ao protesto de Renato Freitas, e não incorporar um modelo de financiamento dependente de receitas públicas, em razão de sua liberdade editorial.

Uma das diferenças essenciais entre mídias alternativas, mídias institucionais e hegemônicas é quem as financia. A mídia independente costuma se sustentar pela via dos financiamentos coletivos, programas de apoiadores, doações ou até mesmo enquanto um trabalho voluntário realizado por jornalistas que acreditam nesta liberdade editorial.

No caso específico do Jornal Plural, Rogério Galindo, chefe de redação, participou da mesa “Financiamento do Jornalismo Progressista e a Comunicação Popular”, no Seminário de Comunicação promovido pelo Brasil de Fato, no dia 25 de abril de 2023, e lá, o jornalista expôs que, dentre o modelo de negócios do JP constam anúncios, assinaturas, participação em editais e uma loja, na qual são vendidas camisetas, pôsteres e cartuns⁹.

Já as iniciativas hegemônicas têm a publicidade e, no caso específico deste estudo, a Câmara Municipal de Curitiba opera com dinheiro público. Outra diferença essencial diz respeito ao campo de estudos do jornalismo: a pauta. Quando há patrocínio em jogo, existe uma tendência a maior restrição editorial, afinal, como propagar informações que venham a desagradar os financiadores? Certos assuntos sequer são abordados e, quando o são, aparecem em perspectivas muito parciais, procurando não ferir imagens, marcas e culminar no cancelamento de contratos. Evita-se ao máximo causar a gestão de crises nas assessorias de imprensa.

Este é o mercado de notícias (Furtado, 2014). E, como nos lembra Ciro Marcondes Filho (2009), uma simples informação não é, por si só, mercadoria. Para tal, ela precisa se transformar em notícia. O jornal cria, a partir da “matéria-prima informação”, esta mercadoria, a notícia, colocando-a à venda por meio da manchete. No caso dos jornais hegemônicos e da mídia institucional (CMC) analisada neste artigo, esta transformação da informação em mercadoria se deu através da venda da narrativa de que Renato Freitas teria invadido a igreja durante a missa.

⁹ Fonte: < <https://www.youtube.com/live/qj7L9T8uS7w?si=JspCY7pD3LScrjQI&t=2746> > Acesso em: 27 de ago. de 2023.

A mídia alternativa/independente, neste contexto de pautas e interesses, corrobora para a ampliação das discussões sobre direitos humanos, feminismos - sejam eles civilizatórios ou decoloniais¹⁰, movimentos sociais, meio-ambiente, questões indígenas, racismo, entre outros; tendo suas linhas editorial e ideológica muito evidentes.

No que diz respeito às diferentes modalidades de mídia, também se criam mitos acerca do fazer jornalístico como, por exemplo, a suposta “imparcialidade” do repórter. Todo o texto é carregado por ideologias e está inserido, de alguma forma, em jogos de poder. Este mito, o da imparcialidade, colabora com problemas sociais com os quais o jornalismo independente tenta escancarar o dia a dia.

Para exemplificar a afirmação acima, convocamos Françoise Vergès, em “Feminismo decolonial”, quando ela nos atenta para as mulheres que estão “limpando o mundo” e não são temas de pautas. Tal trabalho “deve”, como sempre, permanecer invisível: “Não devemos nos dar conta de que o mundo onde circulamos foi limpo por mulheres racializadas e superexploradas” (VERGÈS, 2020, p. 24). Mesmo com toda a exaustão e o alto custo psíquico, é corriqueiro que se naturalize estas relações de exploração. E parte desta naturalização encontra seu embasamento na mídia hegemônica, justamente pela compreensão de que tais iniciativas seriam o reflexo acurado da sociedade. Se houvesse um problema, estaria ali, estampado nos portais.

Deste modo, chegamos a duas considerações sobre o episódio deste estudo, um dos tantos capítulos conturbados da vida pública de Renato Freitas. A primeira, é que a mídia hegemônica (G1, Estadão, Folha de São Paulo¹¹) trouxe o caso à

¹⁰ Feminismo civilizatório ou branco seria aquele que, além de não compreender e incorporar à sua pauta as demandas de mulheres outras (sejam elas negras, trans, indígenas, etc), tenta impor e generalizar suas reivindicações, universalizando pautas e definindo, sem a devida consulta, onde se quer chegar, quais são as reivindicações e até mesmo o que seria este entendimento de gênero e quais são os papéis sociais de “mulher”. Já no quesito “feminismo decolonial”, temos várias definições em debate. Nos alinhamos, em síntese, com a noção de que, mesmo após a complexificação do colonialismo, chamada por muitos de “superação”, suas ferramentas permanecem no sistema capitalista como política de morte. O feminismo, nesse sentido, reconhece a subalternização das mulheres e suas condições relegadas à exploração, seja do seu corpo ou do seu trabalho. O decolonial, portanto, diz respeito a um movimento de resistência a esses mecanismos de subjugação e biopoder.

¹¹ As reportagens que embasam este argumento da pesquisa, respectivamente: 1) G1: “Arquidiocese de Curitiba pede à Câmara de Vereadores que Renato Freitas não tenha mandato cassado por **invasão** à igreja”; 2) Estadão: “Vereador petista que **invadiu** igreja em Curitiba tem pedido de

tona, ou seja, pautou a notícia. Entretanto, utilizou em suas manchetes uma palavra muito relevante a este estudo: “invasão” – ou sua flexão: “invadiu”. No Brasil, esta palavra costuma ser entoada, em certa medida, na referência e oposição a movimentos sociais como o dos trabalhadores rurais sem-terra (MST) e sem-teto (MTST).

Neste artigo, entendemos como “invasão” a vinda portuguesa ao Brasil em 1500. Os colonizadores, entretanto, ressignificam tal processo utilizando a palavra “descobrimto”. “Invasores”, para esta branquitude eurocêntrica, seriam os movimentos sociais que reivindicam seus direitos tomados e sua dignidade: uma inversão de papéis.

Quando um parlamentar de esquerda, integrante dos movimentos sociais citados, “invade” uma igreja, o jornal instiga este repertório estereotipado¹² aos seus leitores. De que nem o espaço sagrado estaria sendo poupado pela insurgência do vereador.

Feito este comentário, vale lembrar as missões jesuítas no país, as quais, de fato, não respeitaram e reafirmaram a fé originária, forçando indígenas “aliados” e “bravos” à catequização compulsória e conversão à fé cristã:

Os povos e as famílias indígenas que se tornavam aliados dos portugueses necessitavam ser convertidos à fé cristã, enquanto os “índios bravos” (como eram chamados nos documentos da época) deviam ser subjugados militar e politicamente de forma a garantir o seu processo de catequização. Este tinha por objetivo justificar o projeto colonial como uma iniciativa de natureza ético-religiosa preparando a população autóctone para servir como mão-de-obra nos empreendimentos coloniais (econômicos, geopolíticos e militares) (OLIVEIRA FILHO, p.35, 2006).

A mídia hegemônica, desta maneira, se enquadra na crítica de Jota Mombaça, autora que encerrou a introdução deste artigo. Os jornais hegemônicos, por mais que tenham pautado o assunto, o fizeram a partir de uma perspectiva na qual, logo no título, são reafirmadas posturas coloniais.

cassação aprovado no Conselho de Ética” e 3) Folha de São Paulo: “Câmara de Curitiba cassa mandato de vereador do PT que **invadiu** igreja”. Grifos nossos.

¹² Em “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, Goffman (2008) considerou que estereótipos correspondem às expectativas normativas sobre os comportamentos dos sujeitos e estão relacionados aos papéis socialmente atribuídos a eles. Por sua vez, para o autor, estigma corresponde a um atributo depreciativo que tende a diferenciar um sujeito, levando à condição de desacreditado perante os demais. Pode ser expresso por características físicas, comportamentais e identitárias.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

Assim, por mais que a versão de Renato tenha sido oferecida aos leitores, prevalece o marco da palavra “invasão” nas manchetes. Temos a evidência de que os veículos não estão potencializando a voz de Renato e, já de cara, assumem sua posição neste embate político. Segundo Jota, este movimento acontece por um motivo muito evidente:

[...] reposicionar os corpos, subjetividades e vidas subalternizadas fora da subalternidade é um projeto que só pode ser levado a cabo na medida em que reposicionamos também os corpos, subjetividades e vidas privilegiados fora da dominância. Dessa forma, as narrativas benevolentes da aliança branca - fórmulas como "dar espaço", "dar visibilidade", "dar voz", todas elas predicadas no desejo normativo de ajustar o mundo social - têm como limite mais evidente a incapacidade dessas mesmas narrativas em incorporar a dimensão negativa desse trabalho, ou seja: "perder espaço", "perder visibilidade", "perder voz" (MOMBAÇA, p. 33, 2021).

E apontada esta crítica, podemos partir para a segunda, articulada por Neuza Santos Souza, em “Tornar-se negro”, sobre o comportamento no qual Renato deveria se encaixar, de acordo com a sutileza de um racismo que subjuga as histórias e culturas da população negra e seus eventuais questionamentos, insurgências e potências. É o que a autora articula neste trecho: “a submissão ao código de comportamento tido como branco concretiza a figura racista criada pela mistificadora democracia racial brasileira, a do “negro de alma branca” (SOUZA, p.38, 2021).

Caso Renato incorporasse esta mística da democracia racial¹³, agindo como um “negro de alma branca” em sua posição de poder, talvez não fossem atrelados a ele adjetivos como os já citados: desequilibrado, fanático, invasor. Assim, veículos hegemônicos afirmam, sutilmente, o que a palavra “invasor” quer contextualizar: este parlamentar, Renato Freitas, não deveria ocupar o lugar que ocupa.

A reportagem da Câmara Municipal de Curitiba¹⁴, chamou a atenção justamente por constar em um veículo institucional de assessoria política. Já a

¹³ Conforme alertado por Lélia Gonzalez (2020), em crítica a autores como Gilberto Freyre e Oliveira Viana, quando o Brasil se autointitula o “país da miscigenação”, estamos falando de turismo sexual, de relações de servidão, estupro, abandono parental, entre outras coisas mais. Mulheres negras e indígenas, na colonização, foram relegadas ao selvagem, enquanto as brancas eram alinhadas à castidade, ao casamento e, por fim, à manutenção de uma linhagem, aliadas à figura do homem branco, europeu e colonizador.

¹⁴ “Vereadores de Curitiba criticam invasão de igreja em protesto contra racismo”. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/vereadores-de-curitiba-criticam-invasao-de-igreja-em-protesto-contraracismo>> Acesso em 31 de jul de 2023.

matéria do Jornal Plural¹⁵ (a qual traça um parâmetro não hegemônico de comparação) foi selecionada em razão de ser o único veículo a disponibilizar a íntegra da carta da arquidiocese de Curitiba, endereçada aos vereadores de Curitiba. Lembrando que este documento difere da nota publicada pela instituição religiosa.

A matéria da CMC, possui a manchete “Vereadores de Curitiba criticam invasão de igreja em protesto contra racismo”. A segunda, do Jornal Plural, diz “Arquidiocese envia carta a vereadores pedindo que Câmara não cace Renato Freitas”.

Na primeira, a palavra “invasão”, cujas críticas já foram articuladas nos parágrafos anteriores, apresenta seis ocorrências, inclusive em um dos intertítulos: “Críticas à invasão”. Outro destaque é o de que as colegas de partido (PT), Carol Dartora e Professora Josete, não foram ouvidas pela reportagem. Um adendo é o de que poucas iniciativas hegemônicas de comunicação também as ouviram. As já citadas reportagens do Estadão e Folha de São Paulo compartilharam até mesmo uma crítica de Lula, líder do partido, na qual o atual presidente diz que Renato “não tem o direito de invadir igrejas” e solicita que o parlamentar peça desculpas – e Renato assim o fez. Sequer a assessoria de Renato Freitas foi consultada.

Os vereadores ouvidos pela reportagem da CMC, críticos ao protesto de Renato, também são, em sua maioria, de oposição. PSL, PP, DEM e PSD são siglas que figuram a maioria dos parlamentares ouvidos. Até mesmo a separação entre indivíduo e partido é projetada no texto, no trecho que segue: “A fala de [Eder] Borges¹⁶ (afirmando que a “esquerda quer acabar com a liberdade de culto” e que Renato “passou de todos os limites”), foi criticada por Dalton Borba (PDT), que pediu ao parlamentar que se retratasse pela generalização. “Não se pode resumir a

¹⁵ “Arquidiocese envia carta a vereadores para que câmara não cace Renato Freitas”. Disponível em:

<<https://www.plural.jor.br/colunas/caixa-zero/archidiocese-envia-carta-a-vereadores-pede-que-camar-a-nao-casse-renato-freitas/>> Acesso em 31 de jul de 2023.

¹⁶ Com passagens pelo Partido Social Cristão, Solidariedade e atualmente integrando o Partido Progressistas (PP), Eder Borges foi um dos principais agressores de Renato Freitas em sua estadia na CMC. Curitiba, graduado em gestão pública e vereador de primeiro mandato, esteve na coordenação regional do Movimento Brasil Livre (MBL) e, atualmente, participa das comissões de Serviço Público e do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Fonte: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/vereadores/vereadores-18a-legislatura/eder-borges>>. Acesso em 27 de ago. de 2023.

esquerda brasileira ao PT. Foi um ato praticado pelo Renato, polêmico, com o repúdio da sociedade, mas que deve ser tratado de forma séria, e não de forma politiqueria”.

Nesta fala de Eder Borges, temos ainda a articulação de pânicos morais mobilizados enquanto instrumentos políticos. No caso, o reforço ao discurso de que a esquerda estaria interessada em “fechar igrejas” e “acabar com a liberdade de culto”. Como vimos, ao longo dos últimos anos, com ascensão da extrema direita ao poder, representada pela eleição de Jair Bolsonaro (PL) à presidência da República, esta estratégia tem sido amplamente empregada por representantes de grupos conservadores, chegando a se tornarem bandeiras de campanhas e a compor programas de governo.

Ao disseminar a fala de Lula, a matéria nos lembra, ainda, que o Partido dos Trabalhadores, mesmo que alinhado aos movimentos sociais e avanços nas políticas públicas, está inserido e opera na lógica da institucionalidade e presidencialismo de coalizão. Renato Freitas, o filiado “insurgente”, de acordo com o texto, não estaria representando, portanto, o que se espera das esquerdas institucionais. Mais uma vez, nos lembremos de Neuza Santos Souza, e a expectativa do “negro com alma de branco”.

Rememorando as discussões da professora Luciana Ballestrin (2022), nesse sentido, vale destacar que a sociedade brasileira, forjada nas violências raciais e de gênero, criou um ideal de modernização excludente e conservador. Logo, qualquer tentativa de ruptura com este ideário torna-se alvo de rechaço e resistência pelos grupos dominantes, a saber:

O caso brasileiro apresentou muitas manifestações comuns àquelas apontadas pela literatura internacional de filiação liberal ou crítica: a utilização das instituições democráticas para propósitos antidemocráticos; o aumento da desconfiança política e da polarização social; o protagonismo das novas direitas, sua radicalização e representação populista no cenário da erosão democrática; o avanço da violência política, incluindo a violência política de gênero; a combinação entre conservadorismo, moralismo e neoliberalismo; o retrocesso de direitos civis, políticos e sociais; a difusão do negacionismo histórico e científico; os ataques às liberdades acadêmica, artística e jornalística; a censura e a perseguição ideológica contra determinados adversários políticos, especialmente os de esquerda (BALLESTRIN, p. 99, 2022).

Lélia Gonzalez, intelectual, filósofa, antropóloga e uma das fundadoras do

Movimento Negro Unificado, escreveu uma carta aberta à Folha de São Paulo, em 1983, falando sobre o “racismo por omissão”, em crítica ao partido. Lembrando que ela integrou o PT e, apesar de reconhecer a oportunidade de inserção na política, deixou registrados os descontentamentos quanto às questões racistas reproduzidas pela sigla:

(...) considero importante reproduzir aqui uma afirmação de Carlos Hasenbaig, num pequeno livro que escrevemos em co-autoria: "No registro que o Brasil tem de si mesmo, o negro tende à condição de invisibilidade." Para não fugir à regra, o PT na TV não deixou por menos: tratou dos mais graves problemas do país, exceto um que foi "esquecido", "tirado de cena", "invisibilizado", recalcado. É a isto, justamente, que se chama racismo por omissão. E este nada mais é do que um dos aspectos da ideologia de branqueamento que, colonizadamente, nos quer fazer crer que somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental europocêntrico. Ao lado da noção de "democracia racial", ela aí está, não é definido a identidade do negro, como determinado o seu lugar na hierarquia social; não só "fazendo a cabeça" das elites ditas pensantes, quanto das lideranças políticas que se querem populares, revolucionárias (GONZALEZ, Folha de São Paulo, 1983).¹⁷

Quando Renato Freitas é desvinculado da imagem do PT, existe este movimento de embranquecer o partido e alinhá-lo, tantos aos outros, da oposição, quanto a estas diretrizes eurocêntricas de se fazer política. Tudo bem ser um partido de esquerda. O que não está bem, segundo esta lógica, é o parlamentar subalternizado começar a contestar estas relações de poder.

O cis-tema, com “c” mesmo¹⁸, tenta, de todo o modo, aniquilar e calar vozes dissidentes, ainda mais quando elas alçam postos de poder. Achille Mbembe, em “Necropolítica” (2018), dialoga com a já citada Jota Mombaça, traçando, ao contrário do que se imagina a partir do título da obra, estratégias de resistência e

¹⁷ Fonte: Folha de São Paulo, “Racismo por Omissão” de Lélia Gonzalez, 1983. Disponível em: Acervo Lélia Gonzalez, Projeto Memória. Disponível em < <https://caterinas.info/lelia-gonzalez-a-feminista-negra-da-amefrica-ladina-parte-3/>>. Acesso em 17 de ago. de 2023.

¹⁸ Silva (2019) nos traz a seguinte definição, sobre a cisgeneridade: "O termo cisgeneridade ou cisgênero foi criado em 1995, no âmbito dos movimentos sociais transfeministas, por um homem trans europeu chamado Carl Buijs. A concepção de tal nomeação ocorreu como uma estratégia de evidenciar as matrizes normativas e regulatórias das designações compulsórias de gênero e das experiências de pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi designado no nascimento. No momento em que se cria um neologismo para a norma, é possível desnaturalizá-la, evidenciar seu caráter de nomeação e referir-se ao suposto lugar da identidade de gênero – forjada como normal – a partir do qual os corpos não cisgêneros foram colocados comparativamente como anormais, psicopatológicos e desviados (MATTOS & CIDADE, 2016, FERREIRA, 2015). Por isso, o termo “cis-tema” é inserido ao texto, denunciando como esta normatização de raiz eurocentrada afeta as vidas dissidentes.

produção de vida. Quando o autor nos traz estas articulações do biopoder, o qual tenta, de todas as maneiras, sofisticar sua exploração e silenciamentos, temos, para além disso uma insistente contraposição: a resistência, a vontade de viver.

Afinal, o cis-tema precisa de quem ele tenta matar. Por isso, figuras como Renato Freitas incomodam tanto. Em 2022, no Comício de Lula, tendo ele retornado à Curitiba pela primeira vez após sua liberdade, os candidatos negros que estavam em campanha não subiram ao palco. Requião, Gleisi Hoffman, Zeca Dirceu e Arilson Chiorato estiveram lá¹⁹. Os candidatos curitibanos, Carol Dartora e Renato Freitas, por sua vez, ficaram no meio da multidão.

A matéria da CMC ainda cita a nota emitida pela arquidiocese de Curitiba. Ressaltamos, portanto, a distância entre a carta e o referido texto. Ambos divergem muito no tom e nas acusações. A nota está construída em tom mais agressivo, a título de exemplo: “Era no mesmo horário da celebração da Missa. Solicitados a não tumultuar o momento litúrgico, lideranças do grupo instaram a comportamentos invasivos, desrespeitosos e grotescos.”

A nota segue passível de críticas já registradas ao longo dos parágrafos anteriores: “É verdade que a questão racial no Brasil ainda requer muita reflexão e análises honestas, que promovam políticas públicas com vistas a contemplar a igualdade dos direitos de todos. Mas não é menos verdadeiro que a justiça e a paz nunca serão alcançados com destemperos ou impulsividades desequilibradas.” (sic).

A imprensa, como de praxe, se baseou nesta nota para a construção de reportagens. Este é o grande diferencial da matéria trazida pelo Jornal Plural, a qual demonstrou trabalho investigativo e divulgou bastidores da relação entre CMC e arquidiocese. Um destaque necessário é o de que a reportagem se encontra na coluna “Caixa zero”, de Rogerio Galindo, repórter e diretor executivo do JP.

Na carta da arquidiocese, publicada na íntegra pelo JP, o tom era outro, mais ameno: “A movimentação contra o racismo é legítima, fundamenta-se no Evangelho e sempre encontrará o respaldo da Igreja. Percebe-se na militância do Vereador o anseio de justiça em favor daqueles que historicamente sofrem discriminação em

¹⁹ Estas observações foram realizadas durante trabalho de assessoria realizado por uma das autoras à candidatura de Lenir de Assis a deputada federal no período de junho a outubro de 2022.

nosso país. A causa é nobre e merece respeito”. O documento ainda articula outros aspectos interessantes, como o reconhecimento de que a entrada na igreja só foi feita após a missa e o pedido para que a cassação não seguisse adiante.

Apesar da reportagem em questão também não dialogar com Renato Freitas e sua assessoria, ela não toma para si o tom que circulou em outras mídias, deslegitimando o protesto e o tomando como uma invasão. Sua publicação data o dia 28 de fevereiro de 2022. A reportagem da CMC foi publicada, originalmente, no dia 07 de fevereiro do mesmo ano. Entretanto, sua última modificação aconteceu no dia 21 do mesmo mês, sete dias antes da divulgação da carta pelo JP, a qual não foi incluída na matéria. Este movimento, então, nos leva a conclusão de que manter apenas a nota da arquidiocese foi uma decisão editorial da imprensa institucional da Câmara Municipal de Curitiba.

3. PACTOS DA BRANQUITUDE NA REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Grada Kilomba, em Memórias da Plantação, expande os entendimentos sobre racismo estrutural. Dela, emprestamos um conceito para iniciar uma crítica à comunicação hegemônica:

Não posso deixar de escrever um último parágrafo, para lembrar que a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência, pois cada palavra que usamos define o lugar de uma identidade. No fundo, através das suas terminologias, a língua informa-nos constantemente de quem é normal e de quem é que pode representar a verdadeira condição humana (KILOMBA, p. 14, 2019).

A língua, cabe lembrar, é a articuladora essencial da comunicação. Seja via redes sociais, rádio, TV, sites, jornais impressos ou podcasts. Todos estão permeados pelo uso da língua, um dos dispositivos mais amplos e enraizados de perpetuação do racismo estrutural. Assim, se a comunicação o reproduz, também o fazem as instituições e, no caso deste estudo, a comunicação institucional da Câmara Municipal de Curitiba. Usando a língua portuguesa, esta mesma que foi associada a processos coloniais de descaracterização da cultura de povos negros e indígenas escravizados.

Aqui, cabe ainda uma definição de Kilomba sobre o que viria a ser o racismo estrutural. Ela nos diz que “pessoas negras e People of Color estão excluídas da

maioria das estruturas sociais e políticas” e que as “estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes” (KILOMBA, p. 77, 2019).

Este processo, na construção da reportagem ligada à instituição oficial, a CMC, é visível através de fatores já destacados: a) utilizar a palavra “invasão” ao longo de todo o texto, reforçando estereótipos; b) não ouvir a assessoria de Renato Freitas, o próprio vereador e/ou suas colegas de partido; c) privilegiar a fala de vereadores da oposição e d) não atualizar a reportagem com a carta da arquidiocese.

Neuza Santos Souza, nos explica que todos estes dispositivos de “atribuições de qualidades negativas aos negros é elaborado com o objetivo de manter o espaço de participação social do negro nos mesmos limites estreitos da antiga ordem social” (SOUZA, p. 48, 2021). Mais uma vez, ao não ouvir Renato e cerceá-lo de seu direito de resposta, a CMC endossa o racismo estrutural. Quando foca no suposto desrespeito à celebração religiosa e, com este movimento, reafirma uma das instituições coloniais mais antigas. O assassinato de um jovem congolês, afinal, deve gerar protestos silenciosos e pacíficos, os quais não atrapalhem a missa.

Postas as críticas, sentimos a necessidade de apontar caminhos para a construção de uma comunicação decolonial e de reportagens que avaliem o quanto o racismo estrutural está presente na construção de determinadas narrativas. A primeira, a partir de reflexões trazidas por Grada Kilomba (2019), é percebermos a triangulação: quando o sujeito branco propaga seu racismo contra o sujeito negro, há uma plateia silenciosa e consensual em relação a isso. Este trabalho, por exemplo, tenta demonstrar os silêncios em relação ao racismo e aplausos, encorajamentos, por meio dos comentários e dos não questionamentos, para que tais materiais continuem se propagando.

Perceber estes “pactos da branquitude”, muita das vezes silenciosos e, em outros momentos, espalhafatosos, como no comentário do YouTube já articulado neste artigo, é o passo inicial para a construção de reportagens e comunicações antirracistas. Afinal, o racismo estrutural e institucional, opera – e muito – com base nos “não ditos”, nas entrelinhas, nos bastidores.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

A aplicação da lei relativa ao ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nas escolas, a Lei nº 11.645, de 10 março de 2008, também se mostra efetiva no que diz respeito a um ensino de história decolonial e antirracista. A longo prazo, esta consciência pode ajudar a construir uma noção coletiva da história do país muito diferente daquela contada pelos colonizadores.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A MASCULINIDADE

Todo este trabalho articula um movimento crítico ao modo como as mídias hegemônica e institucional trataram o protesto de Renato Freitas, parlamentar negro e de esquerda. Entretanto, cabe avaliar que ele está inserido na cisgeneridade e na heteronormatividade, atuando no campo das masculinidades²⁰. Apesar da masculinidade em questão - a qual transpassa a vida do parlamentar - não ser interpretada como hegemônica e estar sujeita a vários mecanismos de subalternização.

Em oposição a Renato, foram ouvidos homens. Representando a instituição mais tradicional do país, a igreja católica, tivemos Dom José Antonio Peruzzo. Como já foi destacado ao longo deste artigo, nos quesitos “raça” e “gênero”, vale um parêntese em relação à religião enquanto elemento colonizador. No caso do cristianismo, em específico na profissão católica, imposta desde 1500 como um modelo a ser seguido, foram repreendidas manifestações de fé negras e indígenas, passando a ser classificadas como “seitas” ou “curandeirismo” desde o Brasil colônia.

Retornando às representações, os movimentos e articulações de poder envoltos nesta trama, se deram nesta esfera, a das masculinidades. Esta, talvez seja uma das justificativas para que as colegas de partido, Carol Dartora e Professora Josete, não tenham sido ouvidas pelas reportagens, quando até mesmo a oposição foi.

É incontestável o nível do trauma ocasionado pelas dimensões estruturais e

²⁰ Utilizamos o termo “masculinidades”, no plural, em razão do entendimento de reconhecemos, segundo os estudos de Michael Kimmel (1998), que a masculinidade significa diferentes coisas para diferentes grupos de homens, em diferentes momentos. Entendendo, também, que nem todas as hombridades e masculinidades são criadas igualmente. A partir disso, múltiplas formas e entendimentos podem coexistir, de acordo com a realidade de cada país.

coloniais do racismo, o qual persiste nas ruas, nos discursos e no próprio comportamento das pessoas negras, tendo sempre que se provarem melhores, como nos ensina Grada Kilomba. A autora, em “Memórias da Plantação”, articula suas vivências e a de outras mulheres negras acerca desta ferida colonial e seus rastros, evidenciando como o racismo extrapola a própria questão de raça, assim como classe e gênero.

O poder está centrado, ainda, nas mãos de homens, em específico cisgêneros, heterossexuais e brancos, como eram os colonizadores e jesuítas. Até mesmo o Deus cristão figura numa presença paterna – sendo seu filho Jesus, enviado à Terra, também um homem. As mulheres, nesse sentido, são interpretadas em relação aos homens, como sugere Oyèrónké Oyěwùmí, professora nigeriana e feminista decolonial, em uma crítica acentuada ao feminismo branco e civilizatório, o qual, de certa forma, dialoga muito bem com o modo no qual estão baseadas estas instituições:

Mesmo a categoria "mãe" só é inteligível para o pensamento feminista branco, se essa mãe é primeiramente entendida como esposa do patriarca. Como mães são, antes de tudo, esposas, parece não haver luma "mãe" desassociada de seus laços sexuais com um "pai". Essa é a única explicação para a popularidade do seguinte oxímoro: mãe solteira. Ainda que, na maioria das culturas, a maternidade seja definida como uma relação com seus descendentes, não como uma relação sexual com um homem, na literatura feminista a "mãe", identidade dominante das mulheres, é subordinada à "esposa". Como mulher é um sinônimo de esposa, a procriação e a lactação na literatura de gênero (tradicional e feminista) são geralmente apresentadas como parte da divisão sexual do trabalho. A formação de casais pelo casamento é, assim, colocada como base da divisão social do trabalho (OYÉWÚMÍ, p. 84, 2020).

Grada Kilomba também se aprofunda nestas representações, demonstrando, a partir da triangulação, como racismo e misoginia potencializam um ao outro, como no caso de quando foi ao médico, ainda menina. Ao fim da consulta, o profissional, branco, disse a ela que viajaria com a família – esposa e filhos, de 18 e 21 anos - e a convidou para acompanhá-los e realizar serviços domésticos. Uma menina negra de 12 anos pode trabalhar para uma família, enquanto as crias brancas têm sua viagem de férias. Nas palavras da autora:

Nesse cenário, a jovem menina não é vista como uma criança, mas sim como uma servente. O homem transformou nossa relação médico/paciente em uma relação senhor/servente: de paciente eu me tornei a servente negra, assim como ele passou de médico a um senhor branco simbólico, uma construção dupla, ambas fora e dentro. Nessas construções binárias a

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

dimensão do poder entre as oposições é duplamente invertida. Não se trata apenas de "paciente negra, médico branco" ou "paciente mulher, médico homem". Trata-se de uma relação "paciente mulher negra, médico homem branco" - o duplo poder de um em relação à outra e "se refletindo nas estruturas da Outridade, complexificando suas políticas" (Hall, 1992, p. 256). Parece que estamos presas/os em um dilema teórico é racismo ou sexismo? (HALL, p. 256, 1992 apud KILOMBA, p. 94, 2020)

Renato, neste sentido, também vive a triangulação e está implicado em questões de gênero, para além de lidar com notícias racistas e estigmatizantes. Partindo do exemplo de Grada Kilomba, se o parlamentar que estivesse protestando após a missa fosse branco, seria ele também noticiado enquanto invasor? Os comentários o chamariam de “fanático do sistema”, “agressor” e “desequilibrado”?

Freitas está suscetível aos problemas da masculinidade hegemônica, a qual não escapa aos homens negros, assim como o racismo estrutural e institucional. Entretanto, no que diz respeito às masculinidades negras, há de se pontuar a perpetuação de estigmas supremacistas brancos, como os de que homens negros seriam mais propensos à crimes e à hipersexualização (DE OLIVEIRA BARRETO, 2021).

Enquanto isso, dentre as masculinidades hegemônicas, alguns crimes - em geral cometidos por homens brancos, ricos, heterossexuais e proprietários - se justificam pela própria constituição do entendimento sobre o que é ser homem, a partir daqueles que internalizam certos comportamentos, não sendo “emocionais, independentes, cuidadores e passionais”. (CONNEL, p. 255, 2013).

Enquanto os homens brancos encontram justificativas para comportamentos agressivos e criminosos na própria construção de seus padrões de masculinidade, o comportamento de Renato é julgado como se estivesse à margem dessa construção e, de uma hora para a outra, uma atitude “desequilibrada” e “fanática” não é mais movida por masculinidades, mas sim pelos ímpetos “não civilizados” do parlamentar. Neste sentido, se Renato não fosse um homem negro, seu protesto e supostas atitudes “agressivas” estariam justificadas só pela masculinidade hegemônica a qual ele seria pertencente.

Todas as mídias, até as independentes, estão sujeitas a reproduzirem estigmas de raça e gênero. É importante sempre considerar, durante o fazer jornalístico, as intersecções envolvidas em cada história e trajetória, voltando um

olhar crítico às pessoas, refletindo sobre cada personagem envolvido, sua origem, motivações e lugar de fala.

5. INCONCLUSÕES

A colonialidade e o racismo, associados ao neoliberalismo, renovam as suas tecnologias de subalternização dos indivíduos. Quando um parlamentar negro é eleito, caso apresente um perfil que não endosse o sistema, serão usadas artimanhas nos níveis do discurso e das articulações e pactos para silenciá-lo.

Outro aspecto, trazido nas provocações de Lélia Gonzalez, para alertar as esquerdas - no que ela se difere de uma direita assumidamente racista? E, de acordo com o tópico anterior, podemos questionar: as esquerdas têm promovido espaços, representatividade e políticas públicas genuínas a mulheres, pessoas lgbqtia+, indígenas, quilombolas, sem-terra, sem-teto, imigrantes?

E quanto às mídias, em que medida elas têm colaborado com o avanço do colonialismo e da destruição de recursos naturais e territórios? Como os seus discursos contribuem para o fomento da intolerância e dos discursos de ódio? Com este artigo, não se pretende responder a todas estas perguntas, mas, por meio dele, apontar caminhos para um fazer jornalístico decolonial e antirracista.

REFERÊNCIAS

ACHILLE, Mbembe. **Necropolítica**. N-1 edições. 2018.

BALLESTRIN, Luciana. **Desigualdades pós-coloniais no processo de desdemocratização global**. Revista Dissertatio de Filosofia, p. 95-121, 2023.

BRUM, Eliane. **Banzeiro òkòtó: Uma viagem à Amazônia centro do mundo**. Companhia das Letras, 2021.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Revista Estudos Feministas, v. 21, n. 01, p. 241-282, 2013.

DE OLIVEIRA BARRETO, Aldeir. **A masculinidade negra discutida a partir da perspectiva do feminismo negro**. História em Debate, v. 4, n. 1, 2021.

DE OLIVEIRA FILHO, João Pacheco; DA ROCHA FREIRE, Carlos Augusto. **A presença indígena na formação do Brasil**. UNESCO, 2006.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná

FURTADO, Jorge. **O mercado de notícias**. Rio de Janeiro: Casa de Cinema de Porto Alegre, 2014. 94 min. Documentário.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: DE HOLLANDA, Heloísa Buarque (Ed.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Bazar do Tempo, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

KIMMEL, Michael S. **A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas**. *Horizontes antropológicos*, v. 4, p. 103-117, 1998.

KROHLING PERUZZO, Cicilia M. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados**. *Reelaborações no setor. Palavra chave*, v. 11, n. 2, p. 367-379, 2008.

KUCINSKI, Bernardo; KOSHIYAMA, Alice Mitika. **Jornalistas e revolucionários: a imprensa alternativa no Brasil (1964-1980)**. 1991.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria**. Paulus Editora, 2021.

MOMBAÇA, Jota. **Não vão nos matar agora**. Editora Cobogó, 2021.

OYĚWŪMÍ, Oyèrónké. **Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas**. In: DE HOLLANDA, Heloísa Buarque (Ed.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Bazar do Tempo, 2020.

PORTELA JÚNIOR, Aristeu; LIRA, Bruno Ferreira Freire Andrade. **América Ladina e a crítica à democracia racial em Lélia de Almeida Gonzalez**. *Horizontes Antropológicos*, v. 28, p. 105-131, 2022.

SILVA, Fernanda Carrion da. **O cis no divã: atravessamentos da cisnormatividade na formação e no treinamento da escuta clínica**. 2019.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Ubu Editora, 2020.

Anais do I Simpósio Internacional Práxis Itinerante e III Seminário Temático do Práxis Itinerante: Diversidades, Pluralidades e Perspectivas em Debate
20 a 22 de agosto de 2024, UEL – Paraná